



Ata de Reunião (Nº 208)

1 Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas e trinta minutos, na
2 sede da RIOPRETOPREV, sito à Rua General Glicério nº 3553, Centro, realizou-se **Reunião Ordinária**
3 do Conselho Municipal de Previdência (C.M.P.), com a presença dos membros: Dimas Fernandes, Egas
4 Henrique Francisco Júlio, Wilclem de Lazari Araujo, Carlos Henrique de Oliveira, Celso Aparecido de
5 Cerqueira Barreiro, Maria Carretero Vergínio, Eugênio Maria Duarte e Valter de Lucca. Os membros
6 Wanessa Sardinha e José Martinho Wolf Ravazzi Neto justificaram suas ausências. Estiveram presentes na
7 reunião: o superintendente, Jair Moretti, o Coordenador da Gestão e Custeio de Investimentos, Rubem
8 Severian Loureiro, e o Gestor de Recursos e Analista Contábil, Hélio Antunes Rodrigues. A reunião teve a
9 seguinte pauta: **I – Abertura dos Trabalhos: 1.1) Verificação de quórum; 1.2) Palavra do Presidente;**
10 **1.3) Palavra da Superintendência; 1.4) Palavra dos Membros. II – Atas e Comunicados: 22.1)**
11 **Apreciação e votação das atas das reuniões anteriores (Ata 207); 2.2) Relatório dos Atos**
12 **Administrativos (ref. a maio/2017 e junho/2017, será enviado via e-mail em julho/2017),**
13 **cumprimento das diretrizes gerais e relatório de avaliação situacional para o Pró-Gestão; 2.3)**
14 **Informações sobre cursos: III – Ordem da Pauta do dia: 3.1) Apreciação e Aprovação das**
15 **Propostas Orçamentárias: PPA 2018/2021; 3.2) Apreciação do Balancete Contábil de junho/2017 e**
16 **informações sobre investimentos; 3.3) Apresentação da Empresa Crédito e Mercado; 3.4) Outros.** A
17 reunião teve início com a verificação do quórum, o qual estava de acordo com o § 8º do art. 104 da Lei
18 Complementar 139/2001, com redação dada pela Lei Complementar nº 364/2012. O presidente do
19 colegiado, Dimas Fernandes, abriu os trabalhos, dando as boas-vindas aos presentes. Com a palavra, o
20 superintendente da entidade, Jair Moretti, informa aos pares: a) que os servidores Camila Caminha Caro e
21 Vagner Augusto Takahashi Arakawa, e a ex-servidora Emanuelli Virginia Betoli de Andrade publicaram o
22 artigo “atuação de uma equipe transdisciplinar junto a servidores em períodos crônicos de auxílio-doença
23 em um RPPS” no livro ASPECTOS RELEVANTES, editado pela ABIPEM e APEPREM. O livro traz
24 artigos de servidores de vários RPPS e de Doutrinadores importantes do direito previdenciário, como
25 Carlos Alberto Pereira de Castro, Magadar Briguet e Miguel Horvat Júnior; b) informa sobre a situação da
26 ação proposta pelo Município de São José do Rio Preto contra o IPESP. Segundo o superintendente, a
27 demanda já transitou em julgado e o município aguarda o retorno dos autos ao juízo da primeira instância
28 para iniciar a execução. Ressalta que o valor atualizado da condenação remete ao importe de R\$
29 155.709.227,80. Afirma ainda que os direitos resultantes da ação são da Prefeitura Municipal, todavia,
30 informa estar em tratativas com o Prefeito Edinho Araújo para que tal recurso seja cedido à
31 RIOPRETOPREV. Destaca que a transferência dos direitos creditórios da ação para a RIOPRETOPREV
32 pode custear mais de dois anos das alíquotas suplementares atualmente fixadas, o que seria a saída para o
33 município, tendo em vista a magnitude das contribuições suplementares e a diminuta receita do município.
34 Também destacou a dificuldade do RPPS receber mais imóveis. Em relação aos imóveis recebidos pela
35 entidade para o pagamento das alíquotas suplementares dos últimos anos, o superintendente destaca que
36 precisa, junto com o Conselho, pensar em alternativas para a utilização dos imóveis com fins de
37 constituição de renda. Cita como exemplo o terreno em frente ao estádio do Clube América, que tem cerca
38 de dez mil metros quadrados e pode ser utilizado para construção de um shopping ou supermercado. Sobre
39 o recebimento dos direitos referentes à ação, o superintendente ressalta que deve ocorrer mediante
40 precatório, que pode ser parcelado e cuja a quitação pode demorar alguns anos. Nesse ponto, destaca que
41 como a RIOPRETOPREV tem compromissos de longo prazo, e uma reserva financeira considerável, não
42 precisará de todo este recurso da ação no curto prazo, sendo possível aguardar o pagamento do integral do
43 precatório. Por fim, assevera que durante o tempo que o Estado demorar para quitar o precatório, haverá
44 incidência de correção monetária, vinculado ao índice INPC e juros de 1%, cujo retorno final deve ser
45 superior à meta atuarial. O conselheiro Valter de Lucca questiona que, embora seja a Prefeitura Municipal
46 quem ganhou a ação, parte desse montante da oriundo ação é referente a contribuições realizadas pelos
47 servidores no período de 1961 a 1999, e assim sendo, o recurso deveria ser destinado à RIOPRETOPREV.

RIOPRETOPREV – Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br



48 O superintendente esclarece que o recurso é do município, pois ainda que a contribuição tenha sido
49 realizada pelo servidor, a Prefeitura garantiu, à época, o pagamento do benefício aos pensionistas,
50 assumindo a obrigação que era do IPESP. c) declara que, através de licitação na modalidade
51 cotação/dispensa, foi contratado, pelo critério do menor preço, o Escritório Técnico de Assessoria Atuarial -
52 ETAA – para prestação do serviço de assessoria e consultoria atuarial/previdenciária (realização de novo
53 estudo atuarial, com data base 30/11/2016), no valor de R\$ 7.500,00. Busca-se, com a contratação, usar o
54 estudo como parâmetro de comparação com a avaliação atuarial da Caixa e, eventualmente, a buscar novos
55 cenários para amortização do déficit técnico atuarial. Segundo o superintendente, o resultado da avaliação
56 atuarial realizada pela ETAA não destoa daquele apresentado pela Caixa, o que mostra que os métodos
57 utilizados pelos atuários respectivos são parecidos. Ressalta que o estudo ainda não foi finalizado e que
58 quando isso ocorrer, uma cópia do trabalho será enviada para cada conselheiro. O superintendente destaca
59 que pretende solicitar com o atuário simulações de cenários: 1) com a retirada dos benefícios cujo
60 pagamento pelo RPPS não é obrigatório, como o auxílio-doença; 2) com a adequação das regras de duração
61 de pensão por morte às vigentes no RGPS; 3) eventual aumento progressivo nas alíquotas das contribuições
62 previdenciárias normais do servidor e ente; 4) adoção de teto para os benefícios do RPPS a partir de uma
63 determinada data. Relata que tais cenários são, no momento, apenas ideias, que, quando devidamente
64 amadurecidas, serão trazidas para o colegiado para a devida discussão. Com a palavra, o conselheiro Carlos
65 Henrique de Oliveira faz uma ponderação a respeito da contratação da ETAA, pois particularmente lhe
66 causa preocupação. Relata que por duas vezes houve problemas com relação a empresa: 1) no governo
67 anterior, a empresa citada foi contratada por 12 meses para prestar serviço de assessoria atuarial, que
68 consistia na elaboração de avaliações atuariais mensais. Para o conselheiro, não ficou explicada a
69 necessidade de contratação do serviço, já que a avaliação atuarial é um procedimento anual, e que não sabe
70 se eram realmente necessárias as informações produzidas pelo Atuário. Relata que a contratação da
71 assessoria, à época, contou com o apoio dos conselheiros representantes do Prefeito. Este fato o
72 conselheiro destaca ser ao menos estranho. Outra situação que relembra o conselheiro é o fato de a empresa
73 ter embasado os trabalhos do grupo de trabalho criado pelo ex-Prefeito Municipal Valdomiro Lopes e que
74 culminou na elaboração da Lei Complementar nº 396/2013. Ressalta que os representantes dos
75 trabalhadores foram excluídos de qualquer participação nos trabalhos do grupo, o que não poderia ocorrer,
76 de acordo com a lei. Conclui o conselheiro que tal plano serviu para aliviar a necessidade de realização de
77 aporte para aquele que estava no governo à época, sobrecarregando os demais governantes com alíquotas
78 suplementares altíssimas. O conselheiro destaca que embora tenha solicitado, não recebeu o material que
79 embasa as conclusões extraídas pelo grupo de trabalho, não sabendo nem se este material realmente existe.
80 O superintendente esclarece que a empresa ETAA foi contratada por apresentar o menor preço para o
81 serviço, sendo que as outras cobravam cerca de R\$ 20.000,00 a R\$ 40.000,00 para prestar o mesmo serviço.
82 O conselheiro Eugênio Maria Duarte afirma que como recurso oriundo da ação do IPESP é proveniente de
83 contribuições dos servidores, tais recursos devem ser repassados à RIOPRETOPREV, que é o órgão
84 responsável pelo pagamento dos benefícios dos servidores. O conselheiro também solicita esclarecimentos
85 se a contratação da empresa ETAA poderia ocorrer sem aprovação do colegiado. Segundo o
86 superintendente poderia, destacando que o motivo da contratação foi estabelecer um parâmetro de
87 comparação para avaliação atuarial existente, assim como verificar outras alternativas e provocar a discussão
88 do assunto. Retornando com palavra, o conselheiro Carlos Henrique de Oliveira ressalta que não é contra a
89 realização de estudos, e que inclusive está ciente que a ETAA, como já prestou serviço à
90 RIOPRETOPREV, possui um histórico de informação sobre o regime, que lhe possibilita realizar a
91 avaliação atuarial por um valor inferior ao praticado pelas outras empresas. Mas ressalta o conselheiro que
92 os problemas que relatou demonstram que a empresa não logrou, durante a prestação de serviço anterior, o
93 comportamento ético esperado. Assim, ressalta a necessidade do colegiado, quando possível, expor a
94 empresa sobre esta ressalva. O conselheiro Celso Aparecido de Cerqueira Barreiro ressalta a necessidade de
95 se fazer estudos para buscar novas soluções para a situação atuarial, olhando sempre para o futuro, e que
96 tais atividades, cujas discussões devem ser travadas pelos membros do conselho, podem implicar na



97 construção de uma agenda paralela de reuniões extraordinárias, já que a pauta das ordinárias já está
98 comprometida pelos assuntos normais da entidade. Ressalta ainda que estes estudos devem levar em
99 consideração questões macros, como a carreira dos servidores, a necessidade de contratação de mais
100 servidores por concurso público. Também releva que não se deve considerar a hipótese de aumento da
101 contribuição dos servidores de imediato, pois já fazem dois anos que estes não têm seus vencimentos
102 reajustados. Os demais membros não utilizaram a palavra. **A ata nº 207 foi aprovada.** O relatório mensal
103 dos atos administrativos e benefícios previdenciários, referente aos meses de maio e junho de 2017, foi
104 entregue aos conselheiros, assim como o relatório de cumprimento das diretrizes gerais e diagnóstico da
105 situação da entidade frente às demandas do Pró-Gestão. Informações sobre cursos: Não há. Iniciando a
106 ordem do dia, o colegiado passou a apreciar a Proposta de Plano Plurianual – PPA de 2018/2021, elaborada
107 pelo analista contábil da entidade, Hélio Antunes Rodrigues. Segundo o analista, o PPA é o documento que
108 traz as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo para a administração pública, com vigência de quatro
109 anos. *Valores das Despesas e Receitas do RPPS por ano: 2018 – R\$ 156.898.000,00; 2019 – 179.233.000,00; 2020*
110 *– R\$ 204.861.000,00 e; 2021 – R\$ 231.021.000,00.* **A peça orçamentária restou aprovada por**
111 **unanimidade.** Prosseguindo na ordem do dia, passou-se à análise do balancete contábil de junho de 2017.
112 Para tanto, o Assessor Executivo dos Conselhos, Adriano Antonio Pazianoto, faz a apresentação das peças
113 contábeis, destacando que no mês de JUNHO/2017, as receitas financeiras totalizaram R\$ 7.580.406,42, sendo: a)
114 contribuições dos servidores ativos – R\$ 2.433.097,03; Contribuições dos Aposentados e Pensionistas R\$ 180.089,20;
115 Contribuição Patronal – R\$ 4.869.383,58; COMPREV – R\$ 91.908,99; Receita Patrimonial – R\$ 4.692,25; Outras
116 Receitas Diversas (2% Consig.) – R\$ 54,52; Restituições – R\$ 1.180,85. No período, as despesas equivaleram a R\$
117 7.721.301,57, sendo: a) Despesa com benefícios previdenciários: i) com 1017 aposentadorias: R\$ 6.311.262,70; ii) com 182
118 pensões: R\$ 745.771,34; iii) com 74 auxílios-doença: R\$ 209.710,92; iv) com 48 salários-maternidade: R\$ 163.940,52; v)
119 com pagamento de benefícios em decorrência de ordem judicial: R\$ 3.625,09; vi) despesas administrativas – R\$ 286.991,00.
120 Conclui-se, com análise da peça, o resultado orçamentário deficitário de R\$ 140.895,15, que corresponde a 1,86% da receita
121 mensal. Verifica-se também que no mês a taxa de dependência “Servidor ativos x Aposentados e Pensionistas” era de 4,12. O
122 Patrimônio da RIOPRETOPREV, no dia 30/06/2017, era o seguinte: a) Carteira de Investimentos: R\$
123 305.599.542,75; b) Bens Imóveis – R\$ 83.833.296,75; c) Bens Móveis: R\$ 156.134,64; d) Outros Créditos a receber –
124 R\$ 81.333,98; e) Adiantamento Concedido: R\$ 0,00; e) Conta Movimento – R\$ 35.193,44. f) Poupança vinculada – R\$
125 1.538,12. Total do Ativo da RIOPRETOPREV em 30/06/2017: R\$ 389.707.039,68. Quanto aos resultados dos
126 investimentos no mês de junho/2017, a valorização das cotas foi de R\$ 1.972.018,88, que corresponde a 0,65% de
127 valorização, ante a meta atuarial de 0,26%, ou seja, a efetividade dos investimentos, no mês, foi de - 253,61%. Neste mês,
128 87,85% (R\$ 268,47 milhões) dos recursos ficaram em alocados em fundos de investimentos de Renda Fixa. Dos 30 fundos de
129 RF 10 deles são lastreados com ativos de curto prazo, todos eles com rendimento positivo no mês, fechando na média em 0,70%
130 (muito acima da meta atuarial, que registrou 0,26%). Com exceção do fundo S-AFRA IMA FIC, que teve rendimento
131 abaixo da meta atuarial, todos os demais fundos de médio prazo tiveram rendimento muito acima da meta. Na média esse
132 segmento fechou o mês em 1,07% (superando largamente a meta atuarial). Os fundos de longo prazo (5 fundos), com
133 rendimento médio de 0,15% e mais ainda os de longuíssimo prazo (7 fundos), com rendimento médio de -0,006% puxaram
134 para baixo o rendimento da carteira no mês. Mesmo assim, os fundos de RF fecharam com desempenho acima da meta, com
135 média de 0,59%. Os fundos IMA B fecharam na média em 0,10% e o IMA GERAL fechou em 0,82%. Combinando os
136 resultados registraram na média 0,15%. Os fundos de longuíssimo prazo por sua vez foram negativos, mas com a influência
137 dos fundos IPCA de longuíssimo prazo (que foram positivos e acima da meta), fecharam na média em -0,006%. O IDKA
138 20 registrou -0,39%, os IMA B 5+ fecharam na média em -0,09% e os IPCA marcaram 0,40%. Na média esses fundos
139 de longuíssimo prazo registraram -0,006%, portanto, contribuindo sobremaneira para um resultado menos expressivo do que
140 os outros ativos de RF. Os resultados acima descritos, mostram que o segmento de RF teve desempenho muito pior do que os de
141 RV. Mesmo assim, superaram a meta atuarial (que ficou em 0,26% no mês). Os fundos de vértices médios (IRF M1+; IRF
142 M; IMA-B 5 e IDKA 2A), que representaram no mês 26,46% da carteira, tiveram desempenho muito acima da meta
143 atuarial (1,07% na média): IRF M1+ com 1,49%; IRF M Total com 1,32%; IMA B5 com 0,37%; e IDKA 2 com
144 0,62%. Os fundos de vértice mais curto (IRF-M 1; DI; e IPCA) representaram no mês 30,60% da carteira, tiveram um
145 desempenho positivo (0,70% na média) ficando bem acima da meta: IRF M1 com 0,89% e DI com 0,80%. Os fundos

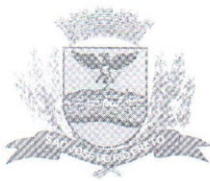
3



146 IPCA de curto prazo que representam neste mês 15,09% da carteira apresentaram um rendimento positivo (em média
147 0,57%) contribuindo positivamente para a melhoria dos resultados. Porém, vale lembrar que os fundos IPCA apresentam em
148 seus extratos mensais as valorizações ou desvalorizações (neste mês valorizações) nas condições de "marcação a mercado" e não
149 a "marcação na curva" que, para o caso desses fundos específicos, é o que vale para efeito do cumprimento da meta atuarial.
150 Assim, o fechamento do mês (0,70% na RF) acabou ficando muito acima da meta (que registrou 0,26%). No conjunto os
151 fundos de RF tiveram valorização de R\$ 1,579,22 mil (0,59%). No mês, 12,15% (R\$ 37,13 milhões) dos recursos ficaram
152 aplicados em fundos de Renda Variável. O segmento teve desempenho positivo e bem melhor do que aqueles aplicados em RF.
153 Portanto puxaram para cima o rendimento do mês e, por conseguinte, ajudaram no cumprimento da meta atuarial. O segmento
154 ficou assim em 411% da meta, apresentando, porém, grandes contrastes. Os fundos multimercado tiveram valorização média de
155 1,07% (412% da meta). Os fundos de ação única fecharam na média com 1,71% (657% da meta). Porém, com um contraste
156 muito significativo: o fundo BB SEGURIDADE fechou em -1,66% enquanto que o BB CIELO fechou em 8,22%. O
157 fundo de segmentos de mercado (BB ALOCAÇÃO) fechou em -1,19%. Os fundos de setores específicos (BB SETOR
158 FINANCEIRO e CAIXA INFRAESTRUTURA), tiveram desempenho em sentidos opostos: SETOR
159 FINANCEIRO com 1,83% e INFRAESTRUTURA com -0,34%. Os fundos de dividendos (GERAÇÃO
160 FUTURO DIVIDENDOS e XP DIVIDENDOS) tiveram desempenho muito diferenciado: enquanto o primeiro fechou
161 em 0,25% o segundo fechou em 3,59%. Também os fundos de ações livres contribuíram muito positivamente para a
162 performance da carteira fechando na média em 1,32%. Dos 11 fundos de ações, 5 deles tiveram desempenho pior do que o
163 índice IBOVSPA (que marcou 0,30% no mês): BB SEGURIDADE com -1,66%; BB ALOCAÇÃO com -1,19%;
164 CAIXA INFRAESTRUTURA com -0,34%; GERAÇÃO DIVIDENDOS com 0,25%; GERAÇÃO FLA com
165 0,09%. Os demais registraram performance melhor do que aquele indicador: GERAÇÃO SELEÇÃO com 1,44%; XP
166 DIVIDENDOS com 3,59%; XP FLA com 1,96%; BB AÇÕES PIPE com 1,68%; e BB CIELO com 8,22%; e BB
167 SETOR FINANCEIRO com 1,83%. Em maio os fundos de ações (RV) que representam 8,01% da carteira, ou 66% do
168 valor aplicado em RV, tiveram, na média, uma contribuição muito expressiva para o bom desempenho e o cumprimento da
169 meta atuarial do mês. A valorização de R\$ 392,80 mil verificada para o conjunto dos fundos de RV teve a contribuição dos
170 fundos multimercado em positivos R\$ 134,14 mil e dos fundos de ações em positivos R\$ 258,6 mil. Em comparação com a
171 meta atuarial do mês (0,26%), o segmento de RV registrou 411% da meta. Os fundos de renda variável, no conjunto,
172 geraram um rendimento de R\$ 392,80 mil, que representa na média 1,07% de valorização dos ativos. DIRETRIZES
173 ESTRATÉGICAS ESTABELECIDAS PELO COMITÊ DE INVESTIMENTOS: 1) INTRODUÇÃO:
174 Em junho no Brasil o ambiente doméstico seguiu afetado pela elevada incerteza política devido ao julgamento pelo TSE da
175 chapa eleita em 2014 e a apresentação de uma denúncia da Procuradoria Geral da República (PGR) contra o presidente. Em
176 linha com o esperado pelo mercado, o TSE absolveu a chapa, porém, como resultado foi se construindo ao longo do mês a
177 percepção de que o ambiente não é propício para a retomada da discussão da reforma da Previdência. Além disso, houve
178 lentidão maior que a esperada na tramitação da reforma trabalhista no Senado, porém sem que o cenário de aprovação fosse
179 alterado. O governo chegou a ser surpreendido negativamente pela reprovação do projeto na Comissão de Assuntos Sociais por
180 10 votos contrários e 9 a favor. Finalmente, conseguiu aprovar a proposta da reforma na Comissão de Constituição, Justiça e
181 Cidadania por 16 votos a favor e 9 contra. Como destaque positivo, no curto prazo, os indicadores de atividade tiveram
182 melhora generalizada, ainda influenciada pela injeção dos recursos das contas inativas do FGTS, pelo aumento das
183 exportações, sobretudo de veículos e pelo excelente desempenho do setor agrícola. Para o futuro, porém, cresceu a percepção de que
184 a economia será negativamente impactada pelos eventos não econômicos ocorridos na segunda quinzena de maio. Com o viés
185 negativo para a atividade e os claros sinais de deflação do IPCA em junho, o Banco Central do Brasil (BCB) ajustou o tom de
186 seu discurso, deixando em aberto a possibilidade de manter o ritmo de corte da Selic em 100 bps. Sobre os rumos da política
187 monetária no curto prazo, o BCB divulgou o Relatório Trimestral de Inflação do 2T17. O documento flexibilizou a avaliação
188 feita na reunião do Copom de maio, quando a instituição sinalizou que reduziria o ritmo de corte da Selic em julho. A
189 afirmação de que a decisão de política monetária dependerá das informações disponíveis até a data do próximo encontro, deixa
190 em aberto a possibilidade de um novo corte de 100 bps. No documento, o BCB também avaliou que o ambiente internacional é
191 benigno, que o quadro de desinflação se consolidou e que houve aumento de incertezas, o que demandará maior atenção na
192 condução da política monetária. Apesar do aumento da incerteza política, o impacto de tais eventos sobre os preços dos ativos
193 domésticos foi limitado. Com a economia internacional apresentando cenários mais benignos a conjuntura interna fica mais
194 atrelada ao desenvolvimento dos indicadores internos e, especialmente, aos rumos da crise política e aos seus desdobramentos. 2)



195 INTERNACIONAIS: a) MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL: No mercado
196 internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,21% a.a. no final de
197 maio, terminaram junho com um rendimento de 2,37% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico encerraram o
198 semestre rendendo cerca de 1,23% a.a. Os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês com rendimento de
199 0,36%. Paralelamente, o dólar se desvalorizou 1,62% perante o euro e 1,45% perante o yen, por exemplo. Já as bolsas
200 internacionais tiveram resultados mistos em junho. Enquanto a bolsa alemã (Dax) caiu 1,58% no mês e a inglesa (FTSE
201 100) 2,76%, a do Japão (Nikkei 225) subiu 1,95%, enquanto a americana avançou (S&P 500) 0,48%. No mercado de
202 commodities, o petróleo tipo Brent caiu no mês 7,56%. 3) NACIONAIS: a) ATIVIDADE, EMPREGO E
203 RENDA: Conforme divulgação do IBGE, em meados de junho, o segundo trimestre começou para a economia brasileira, com
204 uma expansão de 0,28% em abril, frente a março. Em relação a um ano antes, no entanto, houve um recuo de 1,75%. Nesse
205 mês, as vendas no varejo surpreenderam, sendo que a alta de 1% foi a maior para um mês de abril em nove anos e o setor de
206 serviços, também com crescimento de 1% foi outro destaque. Ainda de acordo com o IBGE, a taxa de desemprego no país se
207 situou em 13,3% no trimestre encerrado em maio, sendo que um ano antes era de 11,2%. O número de desempregados foi de
208 13,8 milhões de pessoas. b) SETOR PÚBLICO: Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou
209 déficit primário de R\$ 30,7 bilhões em maio. Foi o pior resultado para um mês de maio de toda série histórica e foi agravado
210 pela antecipação do pagamento de precatórios. No ano o déficit primário acumulou R\$ 15,6 bilhões e em doze meses R\$ 157,7
211 bilhões (2,47% do PIB). As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 430,9 bilhões (6,75% do PIB) e o
212 déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 588,6 bilhões (9,22% do PIB), também em doze meses. A
213 dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em janeiro R\$ 4,63 trilhões
214 (72,5% do PIB). c) INFLAÇÃO: O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação
215 medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), recuou de maio para junho de 0,31% para -0,23%.
216 Foi a primeira deflação desde junho de 2006. Em doze meses, a alta acumulada foi de 3% e no ano de 1,18%. O maior recuo
217 de preços foi no grupo habitação por conta da energia elétrica e dos combustíveis. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor
218 (INPC), caiu 0,30% em junho passando a acumular uma alta de 1,12% no ano e de 2,56% em doze meses. d) JUROS: A
219 ata da última reunião do Copom, divulgada no início de junho reiterou o aumento das incertezas com a crise política, mas não
220 afastou a possibilidade da manutenção do corte da taxa em 1% na próxima reunião, no final de julho. Com a deflação de
221 junho, uma queda maior da taxa Selic voltou para o radar do mercado. e) RENDA FIXA: Dos sub índices Anbima, que
222 referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de junho acabou
223 sendo o do IRF-M 1+, com alta de 1,51%, seguido do IRFM Total, com 1,35% e do IRF-M 1, com 0,89%. Em doze
224 meses, o melhor desempenho foi o do IRF-M 1+ com alta de 18,13%, seguido do IDCA 20 (IPCA), com alta de 16,99% e
225 do IRF-M Total com alta de 16,77%. f) RENDA VARIÁVEL: Para o Ibovespa, a alta no mês foi de 0,30% e agora
226 acumula no ano uma alta de 4,44% e de 22,07% em doze meses. g) PERSPECTIVAS: MERCADO
227 INTERNACIONAL: As atenções no mercado internacional se voltam agora para a reunião do FOMC, no próximo dia
228 26, em um momento em que o colegiado está dividido sobre o rumo da inflação e em que deve avançar com a discussão sobre a
229 redução gradual do balanço da entidade a se iniciar nos próximos meses. MERCADO NACIONAL: À semelhança dos
230 EUA, no mercado local, as atenções estarão voltadas para a próxima reunião do Copom, no próximo dia 27, em que uma
231 nova redução da taxa Selic deverá ocorrer. A dívida repousa na intensidade da redução na medida em que por um lado a
232 deflação de junho reascende a expectativa de uma redução de pelo menos 1%, mas por outro o prolongamento da crise política
233 mantém a incerteza da permanência do governo e da aprovação das reformas. O Comitê de Investimentos, considerando todos
234 os dados e análises aqui expostos entendeu não haver necessidade de fazer alterações na carteira, considerando que ela está
235 adequada para o atual cenário e que a própria dívida com relação ao destino do Presidente deixou de ser uma prioridade na
236 análise dos investidores, com base no entendimento de que caso a Câmara Federal vote a favor da admissibilidade do processo
237 encaminhado pela PGR ao STF, a solução a ser adotada para a substituição do primeiro mandatário, para o período que
238 transcorrerá de agora até o final do mandato presidencial, saíria de dentro da base aliada do governo e, portanto, não haveria
239 grandes choques a provocar incerteza e volatilidade no mercado financeiro". PRINCIPAIS INDICADORES DOS
240 INVESTIMENTOS: RENDIMENTO NO MÊS (em R\$ mil): R\$ 1.972,0; RENDIMENTO NO MÊS (em
241 %): 0,65%; META ATUARIAL NO MÊS (%): 0,26%; META GERENCIAL NO MÊS (IMA-B) (%):
242 0,16%; CDI NO MÊS: 0,81%; IBOVESPA NO MÊS: 0,30%; IBX-50 NO MÊS: 0,50%; IRF M1 NO MÊS:
243 0,89%; RAZÃO: RENDIMENTO FINANCEIRO x META ATUARIAL (%) NO MÊS: 249,23%; NOS



244 ÚLTIMOS 3 MESES: -9,71%; NOS ÚLTIMOS 6 MESES: 135,82%; NOS ÚLTIMOS 12 MESES:
245 128,57%; DO ANO EM CURSO: 135,82%; DESDE O INICIO ADM CARTEIRA: 66,81%; DESDE O
246 INICIO DA RIOPRETOPREV:102,28%. Os conselheiros declaram apreciadas as demonstrações
247 sobre os investimentos relativos ao mês de junho/2017, bem como a avaliação do comitê de
248 investimentos. Ainda na ordem do dia, o colegiado recebe os representantes da Empresa Crédito e
249 Mercado Gestão de Valores Mobiliários: senhores Felipe Affonso e Luiz Arnaud, que ocupam os cargos de
250 Diretor Executivo e Consultor de Investimentos Sênior, respectivamente. O Diretor Executivo destaca os
251 números da empresa, o seu elevado padrão ético. Ressalta a necessidade de manter contato constante com o
252 colegiado. O conselheiro Carlos Henrique de Oliveira observa que era um dos membros que, no passado
253 defendia, a contratação da Empresa Crédito e Mercado, em oposição à Superintendência da entidade à
254 época, que contratou a empresa Plena. Todavia, em relação à parte ética, tem uma questão que precisa ser
255 esclarecida pela empresa, que é o resultado do estudo de solvência realizado após a aprovação da Lei
256 Complementar nº 396/2013. Segundo o que se discutiu e se verificou, o estudo era uma brincadeira, pois,
257 ao final, indica que não há responsabilidade da empresa pelos resultados alcançados. Ressalta que nem sabe
258 para qual objetivo o estudo foi realizado, pois não lhe foi informado. Assim, como o conselheiro fez a
259 crítica naquela oportunidade, sem a presença dos representantes da empresa, relata agora o ocorrido, para
260 que a empresa, se desejar, realize a explicação do estudo e responda as dúvidas dos conselheiros. O
261 conselheiro também questiona o Diretor Executivo da empresa sobre a negociação ocorrida no ano de
262 2015, na qual a Crédito e Mercado supostamente foi comprada pela Plena. Quanto ao Estudo de Solvência,
263 o Diretor Executivo da empresa informa que só no ano de 2016, foram feitos cem estudos de solvência
264 para os RPPS, e que os clientes sempre se satisfazem com o resultado. Nesse ponto, afirma que lhe causa
265 estranheza a reclamação realizada pelo conselheiro. O Analista Sênior da Empresa, Luis Arnout, questiona
266 se o conselheiro se remete, quanto à isenção de responsabilidade da empresa, as disposições constantes no
267 *disclaimer*, que são os avisos legais que costumam figurar no final do estudo, o que é confirmado pelo
268 conselheiro. Segundo o consultor, os avisos legais são uma parte obrigatória no relatório de todas as
269 consultorias, sejam de investimentos ou não, de bancos, e que nada mais diz, neste espaço, que o trabalho
270 que é apresentado foi estimado e projetado de com as premissas e hipóteses ali adotados, e que a empresa
271 não pode garantir a confiabilidade do resultado caso alguma das premissas ou hipóteses utilizadas no
272 trabalho não se concretizarem. O conselheiro Carlos Henrique Oliveira afirma compreende o que foi
273 exposto pela empresa em relação aos avisos legais. Todavia, o conselheiro ressalta que em 2013, foi
274 publicada a Lei Complementar nº 396/2013, que criou o plano de amortização do déficit técnico atuarial.
275 Segundo o conselheiro, este plano de amortização foi imposto, sem qualquer participação dos
276 representantes dos trabalhadores em sua elaboração. Assevera ainda que o que se esperava do plano de
277 amortização não deu certo, sendo que mesmo com sua execução, o déficit técnico atuarial aumenta,
278 concluindo que não é um plano de amortização, mas de aceleração do déficit atuarial. Mas mesmo com a
279 ineficácia do plano de amortização, o estudo apresentado pela Empresa Crédito & Mercado indicava a
280 solvência do plano. Assim, não parece coerente o resultado apresentado no estudo com o que se observa
281 nas avaliações atuariais. Também não foi convencido pela apresentação do estudo realizada à época. Diante
282 da questão apresentada pelo conselheiro Carlos Henrique de Oliveira, a Empresa Crédito & Mercado se
283 propõe a fazer um novo estudo de solvência, com dados atualizados, para posterior apresentação ao
284 colegiado. Prosseguindo os seus esclarecimentos, o senhor Felipe Affonso destaca que em 2015 o Grupo
285 Crédito & Mercado foi adquirido pela empresa Starboard Participações Ltda, que também a adquiriu a
286 empresa PAR Investimentos e parte da empresa Plena Consultoria em Investimentos. Todavia, afirma que
287 foi mantida a segregação das atividades de cada uma das empresas. Ressalta que única mudança foi o
288 controle social do Grupo Crédito & Mercado, permanecendo inalterada a sua diretoria da empresa, o
289 quadro de consultores e o corpo administrativo. Inclusive ressalta que parte dos RPPS que deixaram a
290 prestação de serviço da entidade agora estão retornando, uma vez que não houve alteração na forma de
291 trabalho da Empresa Crédito e Mercado. *Cenário econômico apresentado pelos representantes da Empresa Crédito e*
292 *Mercado: a) Cenário Econômico Nacional: O PIB do 4º Tri/16 apresentou uma retração de 0,9% ante o mês anterior,*



293 fechando o ano com uma queda de 3,6%. Em dois anos a economia brasileira encolheu 7,2% retornando a patamares de
294 2010. No 1º Tri/17, o PIB cresceu 1,0%, após 8 trimestres no vermelho. FMI elevou projeção para o PIB 2017 de 0,2%
295 para 0,3%, e recuo de 1,7% para 1,3% na previsão de alta em 2018: Atividade econômica recuou -0,2% em maio, ante
296 avanço de 0,2% em abril, com impacto do cenário político deteriorado. Do lado da oferta, destaque para os setores industrial e
297 de serviços (alta de 0,6% e 0,3%). Pelo lado da demanda, houve recuo em todos os seus componentes: consumo das famílias, do
298 governo. Investimentos, exportações e importações; IPCA de junho desacelerou para -0,23% em junho, frente o mês de maio
299 (0,31%), no acumulado de 12 meses o índice caiu para 3,00% ante 3,60% no mês anterior. Contribuiu para a deflação do
300 índice a queda nos preços da energia, transportes e alimentos. Do lado negativo, houve alta observada nos grupos de educação e
301 saúde; Copom reduziu a taxa Selic para 9,25% ao ano em julho, por decisão unânime. O corte de mais 100 pontos bases
302 trouxe a Selic ao menor patamar desde o início de 2014; destacaram que: 1. Inadimplência recuou 8,00% em fevereiro/2017;
303 2. Áreas como infraestrutura, petroquímica, celulose e aviação registraram aumentos de consultas e de encomendas entre o fim do
304 ano passado e início deste. 3. A demanda por caixas, acessórios e chapas de papelão aumentaram em 3,7% em fevereiro. 4.
305 Fluxo de veículos pesados teve expansão de 2,0% em fevereiro frente ao mês de janeiro. 5. Produção de veículos cresceu 6,5%
306 em fevereiro frente janeiro de 2017. 6. A confiança das famílias tem alta de 1,4% em março se comparado ao mês anterior. 7.
307 Confiança dos empresários da indústria registrou alta de 2,9% em março contra fevereiro, maior nível desde maio de 2014. 8.
308 Após 22 meses, geração de emprego cresce em fevereiro (35.612), com destaque para o setor de serviços e indústria de
309 transformação. 9. Os salários de admissão cresceram pelo quarto mês consecutivo, com alta de 3% no mês. 10. Moody's eleva
310 perspectiva de rating do Brasil de negativo para estável (Ba2). Lista como perspectivas econômicas: EUA: retomada da
311 atividade econômica; crescimento do mercado de trabalho; normalização da política monetária gradual; ZONA DO EURO:
312 Inflação baixa; leve melhora na atividade econômica; manutenção da política monetária (Estímulos); desdobramentos do
313 Brexit. JAPÃO: Manutenção da política monetária (Estímulos). CHINA: aumento do consumo interno. Estabilização da
314 economia (Estímulos); BRASIL: Retomada da atividade econômica; Inflação convergindo para meta; redução da taxa de
315 juros; reforma da previdência; aumento da confiança; estabilização da taxa de desemprego. RISCOS PARA O BRASIL:
316 instabilidade política; não aprovação do ajuste fiscal. Ao final, apresentam a seguinte sugestão de alocação dos Recursos para a
317 RIOPRETOPREV: 1) Renda Fixa - 75%, divididos em a) Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A): 20%; b)
318 Longo Prazo (IMA-B Total) 30%; c) Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2A): 10%; d) Curto Prazo
319 (CDI): 15%; 2. Renda Variável - 25%, divididos em: a) Fundos de Ações 10%; Multimercados: 5%; c) Fundos em
320 Participações: 5%; d) Fundos Imobiliários: 5%. Sem mais assuntos, a próxima reunião ordinária foi agendada para
321 o dia 25/08/2017, no horário de praxe. Assim, eu, Adriano Antonio Pazianoto
322 ~~Adriano Antonio Pazianoto~~ lavro a presente ata que, par a fins de consolidação, vai assinada por mim e
323 por todos os presentes.

Dimas Fernandes

Egas Henrique Francisco Júlio

Wiclem de Lazari Araujo

Celso Aparecido de Cerqueira Barreiro

Carlos Henrique de Oliveira

Eugênio Maria Duarte

Valter de Lucca

Maria Carretero Vergínio